



Espaço traz até você diferentes perspectivas sobre a educação de surdos e outros temas.

Mércia Oliveira parte da visão de Bueno (1999) de que práticas desenvolvidas na escola pública brasileira têm gerado exclusão escolar da maioria dos alunos – os pobres, incluindo os deficientes. Sua pesquisa mostrou que valores e crenças relativos aos surdos e a sua educação, na cultura escolar, têm dado muita ênfase ao aspecto da comunicação, e subestimado a real capacidade dos alunos surdos de aprenderem.

Silvia Pedreira sustenta que as políticas de inclusão podem ter um sentido de controle social, pelo poder global estabelecido, e outro – que defende – de campo de luta por direitos de igualdade e diferença. Para a autora, um eixo dessa luta pode ser a educação de surdos em uma perspectiva bilíngüe e intercultural, com a criação de classes de surdos em escolas regulares.

Ana Dorziat analisa práticas pedagógico-curriculares com surdos na educação inclusiva. Há barreiras a superar – de Recursos Humanos (falta de intérpretes; não-capacitação docente) e material (falta, inadequação), mas há também, diz ela, que repensar o currículo: o específico do ser e do aprender surdo, para além das necessidades lingüísticas, inserido em práticas que valorizem diferenças e potencialidades.

Ana Flôres analisa como a ação educativa do INES, nas últimas décadas, criou espaços de interlocução de surdos e ouvintes que configuraram um novo agente da educação escolar – o Assistente Educacional Surdo. Sua atuação, na interface professor ouvinte / aluno surdo, pode abrir novas perspectivas de trabalho para o Surdo, em uma proposta de educação bilíngüe.

Janete Mandelblatt e Edileuza Lobo relatam sua experiência inicial no Curso Bilíngüe de Pedagogia do Instituto Superior Bilíngüe de Educação do INES: os desafios; os caminhos de superação das barreiras de comunicação; o conhecimento dos alunos surdos e de suas formas de aprender e os resultados importantes alcançados pelos estudantes na construção do conhecimento.

Lúcia Velloso discute as concepções e a função social da escola de horário integral. Partindo da experiência da Escola Parque, de Anísio Teixeira, analisa a construção e a desconstrução política do CIEP, de Darcy Ribeiro, e defende a reinvenção da proposta como política pública: uma opção de escola de que a criança goste – um laboratório de convívio das diferenças e de construção coletiva, com foco na aprendizagem.

Estela Scheinvar e Denise Cordeiro discutem a paradoxal experiência de ser jovem – e pobre – nas interfaces da sociedade civil e da esfera pública: ser sujeito de direitos sociais e um fator de risco social. Pobreza, baixa escolarização, desemprego, discriminação e violência colocariam o jovem em “situação de risco”. Porém, a noção de risco e as políticas adotadas parecem enfatizar o controle dos jovens e não o enfrentamento das condições em que vivem.

Anelice Ribeiro discute como somos acolhedores, e ao mesmo tempo, hostis em relação ao diferente e sugere-nos partilhar um estranhamento: o encontro de singularidades, por exemplo, na fronteira de diferentes línguas, cria, segundo ela, um espaço interpessoal indefinido, onde é possível negociar sentidos, inventar traduções, buscar algo em comum.

Mônica Pereira dos Santos e Kátia Regina Xavier da Silva lidam não com um estranhamento, mas com o reconhecimento implícito nas Representações Sociais: as pesquisadoras buscaram saber como futuros educadores em formação elaboram, a partir de sua memória e referenciais vários, o protótipo do novo: o professor inclusivo.

A presente edição de *Espaço* celebra, com você, os 150 anos de existência do INES, sendo dedicada a todas as pessoas que, nesta longa trajetória, ajudaram e ajudam a tornar possível, com maior qualidade, este “espaço” para a difusão e o livre debate de idéias. Boa leitura!

Alexandre Guedes Pereira Xavier